

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT-05 – Política e Economia da Informação

**A PERTINÊNCIA EPISTEMOLÓGICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PARA A ANÁLISE DA
RELAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ARQUIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE
PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL**

Evelin Mintegui (Universidade Federal do Rio Grande - FURG)

Cezar Karpinski (Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILAB).

***THE EPISTEMOLOGICAL RELEVANCE OF INFORMATION SCIENCE FOR THE ANALYSIS OF THE
RELATIONSHIP BETWEEN PUBLIC POLICIES OF ARCHIVE AND PUBLIC POLICIES OF CULTURAL
HERITAGE IN BRAZIL***

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Apresenta a questão das políticas públicas voltadas para arquivos no Brasil, bem como o processo de desenvolvimento da Ciência da informação, procurando demonstrar como tal problemática pode ser compreendida dentro do campo, especialmente através do conceito de regime de informação.

Palavras-Chave: Políticas públicas; Arquivos; Ciência da informação.

Abstract: This work presents the issue of public policies focused on archives in Brazil, as well as the process of development of Information Science, trying to demonstrate how such a problem can be understood within the field, especially through the concept of information regime.

Keywords: Public policy; Archives; Information science.

1 INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho propõe apresentar a problemática dos arquivos como alvo de distintas políticas públicas no Brasil, apresentando um histórico da Ciência da Informação (C.I.), e procurando mostrar como tal problema se encaixa em seus interesses de pesquisa.

O desenvolvimento da (C.I.) será apresentado a partir de dois autores em especial: Araújo (2014) e Robredo (2003). O primeiro defende fatores múltiplos para a construção da área. O segundo, propõe uma periodização do tempo, desde meados do Sec. XIX, mostrando as principais ocorrências que impactaram na constituição da área. A partir desses pontos - fatos e periodização - espera-se demonstrar o panorama e os distintos objetos de interesse da C.I.

Logo, discute-se sobre o conceito de regime de informação e suas possibilidades de aplicação na problemática inicial que está posta a partir da seguinte pergunta: qual a relação entre políticas públicas arquivísticas e as políticas públicas de identificação e preservação do patrimônio cultural? Salienta-se que tal discussão é fruto de um estudo primário que tem por objetivo indicar um caminho para a própria constituição do problema, bem como apontar discussões teórico-metodológicas que corroborem para sua solução.

As reflexões propostas neste trabalho advêm de pesquisa exploratória e com bibliografia pertinente à área dos estudos históricos e epistemológicos da CI. O objetivo principal é o de constituir um espaço para a discussão crítica sobre as políticas públicas de arquivo e patrimônio cultural no Brasil.

2 A PROBLEMÁTICA DOS ARQUIVOS EM SUAS DIMENSÕES DE GESTÃO E DE PATRIMÔNIO

A arquivística pós-custodial tem levado os arquivistas a repensar o conceito de Arquivo e, conseqüentemente, as construções socioculturais a ele subsumidas. De acordo com Cook (2012), o documento arquivístico tem deixado de ser visto como um objeto estático ou como um produto passivo da atividade humana. Cada vez mais tem se percebido o caráter político, dinâmico, digital e virtual dos arquivos bem como seu papel ativo no processo de formação da memória do homem e de suas organizações. Ainda segundo Cook (2012, p.125), essas noções são frutos de um novo paradigma que se distancia do modo de “ver o contexto de criação dos documentos descansando dentro organizações hierárquicas estáveis, para situá-los dentro de redes de fluxo horizontal na funcionalidade do fluxo de trabalho”.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

De mesma forma que o arquivo, a noção de patrimônio ganhou novas roupagens ao longo da última década, especialmente a abrangência da noção “cultural” do patrimônio. A mesma crítica que pairou sobre a objetividade e a neutralidade da arquivística ganhou ainda mais densidade nas discussões acerca do que determina a constituição de patrimônios culturais nacionais ou da humanidade. Choay (2014) faz uma severa crítica à forma eurocêntrica de definir monumentos históricos e fundamentar neste aspecto a constituição do Patrimônio Cultural. De uma maneira semelhante, especialistas das áreas de museologia e antropologia analisam criticamente as ações da UNESCO e suas normas para definição dos patrimônios mundiais. Especificamente no Brasil, autores como Sant’anna (2009), Fonseca (2009) e Oliven (2009) trazem à baila o empoderamento da face imaterial do Patrimônio Cultural, ampliando as concepções de monumentalidade para além da “pedra e do cal”.

Tanto a Arquivística pós-custodial quanto as novas formas de patrimonialização dos bens culturais, sejam eles materiais ou não, requerem também novas reflexões sobre as políticas nacionais de Arquivo e Patrimônio Cultural. Sendo assim, concorda-se com Cook (2012, p.25) quanto ao papel do arquivista na sociedade contemporânea que

[...] requer deixar de identificar a si mesmos como guardiões passivos de um legado herdado, para celebrar o seu papel na formação ativa da memória coletiva (ou social). Dito de outra maneira, o discurso arquivístico teórico é a mudança do produto para o processo, da estrutura para a função, dos arquivos para o arquivamento, do documento para o seu contexto; do resíduo “natural” ou subproduto passivo da atividade administrativa para a conscientemente construída e ativamente mediada “arquivização” da memória social.

Neste campo da teoria e dos processos do que Cook chama “arquivização” apoiado em Derrida (2001), emerge a necessidade de discussão também sobre a patrimonialização do arquivo. Afinal, na sociedade pós-moderna, o arquivo se institui como um espaço de poder em que se decide o que pode se tornar memória e patrimônio de determinada sociedade. Nesse sentido, Medeiros (2011, p.35-36) buscou discutir o arquivo como patrimônio e destacou que o “alargamento do campo patrimonial ou a frenética busca patrimonial dialoga com temas caros à sociedade pós-moderna, como os direitos humanos, a identidade, a memória, a nação e a região, que confluem no ordenamento jurídico do Estado em forma de políticas públicas”.

Nesse sentido, abordar as dimensões de gestão e patrimônio do Arquivo requer análise e crítica aos instrumentos sociais que garantem ou definem sua identidade que são as leis. Na legislação brasileira, por exemplo, a definição de arquivo apresenta ainda a ideia

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

de gestão de um ciclo de vida, em que se toma os documentos como correntes, intermediários e permanentes, independentemente do tipo de suporte. Esses princípios de formulação da política nacional de arquivos públicos e privados são dados pela Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991. (BRASIL, 1991).

A referida Lei também cria O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e estabelece o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Este último é definido como uma “rede” de instituições arquivísticas com competências derivadas das diferentes instâncias (federal, estadual e municipal) dos diferentes poderes (executivo, legislativo, judiciário). Essas instituições regulariam, dentro de suas esferas de competência e através de sistemas menores, todos os processos referentes aos documentos de arquivo, desde sua produção até a guarda permanente, todos regulados pelo executivo federal através do Arquivo Nacional, que preside o SINAR e o CONARQ. (BRASIL, 2002).

Desde sua implantação e no decorrer do avanço da arquivística no Brasil, tal configuração tem sofrido diversas críticas. Uma delas se refere à centralização das competências ao Poder Executivo Federal, conforme bem apontou Jardim (1995). Além disso, essa política não prevê dotação orçamentária própria. Nem mesmo os diversos decretos e regulamentos acessórios obriga qualquer um dos “nós” da suposta rede a organizar seu núcleo de administração de arquivo.

Ao mesmo tempo, os arquivos podem ser alvo de outro conjunto de políticas públicas, as de patrimônio cultural, uma vez em que eles também podem ser enquadrados como parte do patrimônio material, compondo acervos documentais. As políticas de patrimônio cultural são parte das medidas de preservação desses bens, desde que os mesmos estejam relacionados à identidade da cultura brasileira. Também existem diferentes instâncias, uma vez que as políticas públicas de patrimônio cultural podem ser federais, estaduais ou municipais. Cabe considerar que a identificação de determinado bem como patrimônio cultural o habilita à inclusão ao conjunto de bens que o estado deve dirigir recursos para preservar (BRASIL, 1988).

Desta maneira, parece que os arquivos no Brasil podem ser alvo de dois tipos distintos de valoração para a escolha daquilo que se quer preservar, ambas bastante complexas, com distintos critérios. Tais escolhas refletem nas fontes de informação disponíveis aos cidadãos brasileiros, porque as políticas públicas em questão determinam diretamente a qualidade do acesso à informação, direito garantido pela Constituição. Cabe

considerar que a ideia de arquivo extrapola a ideia comum de conjunto de papéis. Tendo como pressuposto a discussão de Dodebei (2006) sobre patrimônio digital, pode se conceber, por exemplo, um conjunto de documentos digitais tombado como patrimônio cultural.

Investigar esse contexto de escolhas e suas consequências de acesso à informação referentes a arquivos no Brasil, a inter-relação entre as diferentes políticas públicas e suas diferentes instâncias, é parte de uma problemática que envolve diversos construtos desenvolvidos em diversos campos científicos: estado e políticas públicas são conceitos da ciência política; memória e patrimônio são conceitos desenvolvidos tanto pela filosofia, história, antropologia e até mesmo, direito. Seria apenas o conceito de arquivo, ligado à arquivologia ou arquivística, que conectaria tal problemática à C.I.?

Entende-se que esta não é uma resposta adequada. Aquilo que hoje conforma-se como C.I. deriva de diferentes movimentos em busca da solução diferentes problemas. A seguir, procura-se apresentar alguns pontos do desenvolvimento da C.I., procurando situar a possibilidade de estudo da temática de políticas públicas dentro de uma de suas correntes teóricas.

2.1 A Ciência da Informação

A Ciência da Informação (C.I.) é o resultado de diversas iniciativas teóricas, de diferentes países, que se desenvolve durante o Século XX, especialmente a partir dos anos 1960, com essa nomenclatura. Ela resulta de um processo que pode ser compreendido como multifatorial. Esses fatos são agrupados em cinco dimensões por Araújo (2014), quais sejam: o surgimento da bibliografia e da documentação; o espaço institucional da biblioteconomia; o advento dos primeiros cientistas da informação; as tecnologias aplicadas à informação; e a fundamentação na teoria matemática.

Araújo (2014) afirma que foi tendo como referência a arquivologia, a museologia e biblioteconomia que a ciência da informação teria construído seu projeto em direção a algo novo. Ressalta que nos primeiros relatos sobre o que deveria ser a nascente área de conhecimento da C.I. teria sido frequente a crítica às categorias profissionais existentes, geralmente eruditas, que se concentravam em aspectos custodiais e institucionais em lugar de promover o acesso e a difusão dos conteúdos dos registros.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Embora experiências de criação de bibliografias já tivessem tido lugar no Sec. XIX, destaca-se a atuação de Paul Otlet e Henri La Fontaine, na França, que entre outros feitos orientados por ideais de cooperação internacional, lançaram um repertório único de publicações, criaram uma classificação bibliográfica universal, bem como o Instituto Internacional de Bibliografia (Ortega, 2009). Além disso, Robredo (2003) também salienta a grande virada de foco dos acervos para os documentos, e dos documentos para a informação neles contida, como o sinal predecessor da C.I., provocado por Otlet quando da publicação do *Traité de Documentation*, em 1934. O tratado propôs uma nova disciplina, com objeto e métodos próprios - a documentação. Talvez a inovação do direcionamento das operações técnicas com foco no usuário e pesquisador seja a principal diferença entre a proposta de criação de repertórios da documentação e a organização incentivada por outros manuais para arquivos e bibliotecas, concentrados em aplicações voltadas aos profissionais que com eles lidavam.

O segundo fator colocado por Araújo (2014) é a questão do espaço institucional da Biblioteconomia. Sobre essa mesmo tema, Robredo (2003) aponta, nos Estados Unidos da América, desde os fins do Séc. XIX, o surgimento de um movimento corporativista de bibliotecários interessados em problemáticas que iam além da organização de bibliotecas e mediação de leitura, tomando como objeto de atenção mais do que os livros, qualquer tipo de documento. Tal movimento corporativo cria associações específicas, que mais tarde receberiam influência da documentação de Otlet.

Uma terceira dimensão de influência para o desenvolvimento da C.I. seria, de acordo com Araújo (2014), a atuação de um conjunto de cientistas que passaram a dedicar-se a atividades de serviços de informação dentro de suas próprias áreas de conhecimento. A atividade de apoio à pesquisa e divulgação de resultados científicos começa de maneira prática, mas gerou importantes iniciativas, tanto no sentido da criação de sociedades científicas (como no Reino Unido, em 1958) quanto teóricos, como a contribuição de Mikhailov (s.d), da União Soviética, que propõe a “*Informatika*” - uma disciplina dedicada ao estudo da produção científica. Essa vertente da C.I. entendia-se e dá espaço a uma corrente que se compreende como ciência da informação científica e tecnológica.

Uma quarta dimensão fatorial, ainda de acordo com Araújo (2014), seria o desenvolvimento das tecnologias e o conceito de informação. A C.I. incorporaria devido ao seu contexto, os esforços tecnológicos do período histórico, como aponta também Seracevic

(1996), que inclusive considera a inexorabilidade da relação da tecnologia com a ciência da informação como uma de suas três principais características. Este último autor indica ainda a relevância do desenvolvimento da área de recuperação da informação como fundamental para a consolidação da área por criar produtos, serviços e necessidades que a C.I. se comprometeria a solucionar. Entretanto, Araújo (2014) acrescenta outra contribuição da tecnologia aplicada à informação: a abstração da separação do conteúdo de seu suporte, e ideia da possibilidade de reprodutibilidade da informação, o que contribuirá para desenvolver perspectivas pós-custodiais.

Por fim, como último aspecto de constituição histórica e epistemológica da C.I. hoje, seria a fundamentação da teoria matemática na nascente disciplina, formalmente proposta como *Information Science* (ARAÚJO, 2014). Com o chamamento para a criação de uma nova disciplina, as atenções voltam-se para o estabelecimento de conceitos básicos, como aponta Seracevic (1996). Uma das primeiras teorias, nesse sentido, foi a “matemática da comunicação”, de Shanon e Weaver. A teoria, baseada na ideia de um transmissor, um receptor e um canal de informação, teria, desde sempre, sido considerada como capaz de representar três níveis de problemas: técnicos (relacionados à materialidade do processo), semânticos (relacionados à atribuição de significados) e pragmáticos (relacionado à eficácia do processo, o quanto ele consegue permitir a realização de uma ação). De acordo com Araújo (2014) essa teoria teria sido deliberadamente criada para dar conta apenas da primeira dessas três dimensões.

Ainda historiando o processo de constituição da C.I., Robredo (2003) nota que entre os anos 1960 e 1980 houve forte contribuição das ciências cognitivas. Segundo ele, as investigações relacionadas a esta área levam alguns estudos da C.I. a tomar o processo de busca e apreensão do conhecimento como seu foco principal.

Para Vega-Almeida, Fernandez-Molina e Linares (2009), entre outras premissas, os estudos cognitivos incorporariam

[...] cualquier procesamiento de información, sea perceptivo o simbólico, es mediado por un sistema de categorías o conceptos que constituyen un modelo de su mundo para el dispositivo procesador de información. - Se concentra en los aspectos cualitativos de la interacción durante el proceso de recuperación de la información. (VEGA-ALMEIDA; FERNANDEZ-MOLINA; BASOL, 2009, [s.p.].).

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Ao analisar retrospectivamente os paradigmas da C.I., Capurro (2003) propõe que teriam havido três grandes estratégias de compreensão dos fenômenos informacionais: físico, cognitivo e social. O paradigma físico considera a informação e seus processos “reais”, técnicos, como a concepção da teoria matemática da comunicação acima descrita. O paradigma cognitivo entende a informação como algo que completa a necessidade de um estado anômalo de conhecimento na mente dos usuários, como a concepção da citação anterior. Por sua vez, o paradigma social considera a informação como algo dependente dos contextos sociais de sua produção e uso. Estudos como este podem ser identificados, entre outras possibilidades, em uma “corrente teórica” da C.I. conhecida como “economia política da informação”.

Antes de apresentar tal corrente, cabe mencionar que, desde o início da organização da C.I. como área de conhecimento reconhece seu caráter interdisciplinar (Seracevic, 1996; Capurro, 2003; Ingwersen, 1992). Além disso, propôs-se sua caracterização como ciência “pós-moderna” (Wersig, 1993) e mesmo como ciência humana e social (Ingwersen, 1992). A linha de economia política da informação congrega visões teóricas que reconhecem a interdisciplinaridade, mas admite diferentes posicionamentos no que se refere à ideia de pós-modernidade ou de ciência social na CI.

De acordo com Araújo (2014b) a linha de economia política da informação teria surgido de um conjunto de preocupações resultantes da constatação da distribuição desigual de informação entre diferentes países. Teria iniciado com estudos voltados para questões de democratização, acesso e uso da informação como defesa em regimes informacionais hegemônicos. Num primeiro momento essa distribuição de informação teria sido pensada no paradigma físico, mas teria se ampliado para diversas outras problemáticas, desde a promoção de programas de inclusão na sociedade da informação, o que levou a posicionamentos que demandam considerações mais cognitivas e sociais.

Um conceito interessante nessa linha de estudos é o de regime de informação, que busca integrar as “dimensões regulatórias, econômicas, tecnológicas, sociais e culturais ao entendimento dos fenômenos informacionais” (ARAÚJO, 2014b, p. 65). De acordo com Gonzáles de Gomez, regime de informação é

[...] um modo de produção informacional dominante numa formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento

seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição. (GONZÁLES DE GOMES, 2002, p. 34)

De acordo com Bezerra et. al. (2016, p. 66), o conceito de regime de informação de Gonzales de Gomes traduz-se como uma ferramenta que permite interpretar os fenômenos de informação em sua transversalidade, bem como “entende a informação como pragmática de ações de informação”. Ao que parece, este seria um exemplo de fenômeno do terceiro nível de problemas presentes na teoria matemática da comunicação. Segundo Araújo (2017), podemos compreender a ampliação do escopo da C.I. ao longo do tempo de forma a, cada vez mais, ampliar a busca de solução de problemas informacionais num primeiro momento restrita ao nível técnico, passando pelo semântico até chegar ao nível pragmático.

Outra contribuição acerca das pesquisas que incluem a linha de economia política de informação é Frohman (1995). O autor faz uma crítica aos estudos que se detém a problemas internos às estruturas estatais ou organizacionais, restritos à questões de produção, organização e disseminação de informações científicas e técnicas. Nesse sentido, para explorar o contexto das políticas públicas de arquivo e patrimônio no Brasil utilizando o conceito de regime de informação é preciso estar atento a como o poder é exercido, representando as relações sociais que levam à seleção de determinados conjuntos documentais em detrimento de outros, mais do que ater-nos a questões normativas e regulatórias, o que pode representar um desafio.

2.2 A vinculação da temática de políticas públicas de arquivo e políticas públicas de patrimônio cultural com a ciência da informação

Neste trabalho, considera-se que para manter uma perspectiva interdisciplinar, é preciso ter um arcabouço teórico que congregue conceitos de diferentes disciplinas e, ao mesmo tempo, contribua de forma específica com um determinado campo do conhecimento. Nesse sentido, concorda-se com Seracevic (1996) quando, citando Popper, coloca que não estudamos assuntos, e sim, problemas, e que a C.I. pode ser definida pelos problemas que propõe e os métodos que escolhe para resolvê-los.

Assim, entende-se que o conceito de regime de informação parece poder contribuir para a compreensão da problemática da dupla dimensão dos arquivos como objetos de políticas públicas no Brasil. Essa possibilidade de análise abre-se a partir de um deslocamento dos interesses da ciência da informação desde um olhar puramente técnico

do processo informacional para um olhar mais relacionado ao contexto e aos resultados de ações informacionais.

Desta maneira, mais do que considerações metodológicas em uma pesquisa acerca da temática de políticas públicas já apresentada, o conceito de regime de informação permite definir um enfoque epistemológico. De acordo com Gonzales de Gomes (2012), o conceito de regime de informação permitiria extrapolar a ideia das políticas públicas apenas como parte de uma política governamental para documentos governamentais. Essa abordagem talvez consiga mediar as diferentes dimensões das políticas públicas, que envolvem um complexo sistema de demanda, usuários, políticos e gestores, além, é claro, da normatização através de leis e regulamentos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se considerando que a ciência é uma construção social, conformada por distintos campos, sujeitos a um ideal de cientificidade, mas também a diferentes situações econômicas e políticas (Bourdieu,1983). A explicação acerca do desenvolvimento da C.I. aqui apresentados levaram em conta apenas as questões daquilo que se pode compreender, em filosofia da ciência, como parte de seu contexto de justificação (PORTOCARRERO, 1994). Entretanto, existem outros pontos de análise que poderiam ser explorados em relação ao seu contexto de descoberta, ou seja, outros processos de institucionalização que levariam o campo a priorizar esta ou aquela problemática, este ou aquele conceito.

Ainda assim, é possível, dentro do quadro geral de problemáticas da C.I, situar uma categoria de estudos preocupada com as inter-relações entre estado, cidadãos, normas e tecnologia. Espera-se desenvolver uma metodologia para o estudo de políticas públicas de arquivo e patrimônio, considerando o olhar epistemológico da C.I. muito mais por suas possibilidades de resolução do problema do que por uma relação rasa acerca da ideia de informação contida nos arquivos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto de Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2014a.

_____. Fundamentos da ciência da informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, p. 57-79, 2014b.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

_____. **A ciência da informação como ciência social**. 2016. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=bp3Q7wYSPsE&t=5826s>>. Acesso em: 01 maio 2017.

BEZERRA, Emy Porto. SILVA, Zayr Cláudio Gomes da; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos; SOUZA, Edivânio Duarte de. Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 60-86, maio/ago., 2016. Disponível em
<<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/57935>>. Acesso em 20 maio 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. LEI No 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em 01 maio 2017.

_____. DECRETO Nº 4.073, DE 3 DE JANEIRO DE 2002. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm. Acesso em 01 maio 2017.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. 5.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2014.

COOK, T. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9/20>>. Acesso em: 08 set. 2017.

CAPURRO, R. **Epistemologia e ciência da informação**. 2003. Disponível em:
<http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 08 jun. 2016.
Ingwersen, 1992.

DERRIDA, J. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2001.

DODEBEI, V. Patrimônio e memória digital. **Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social**. Rio de Janeiro, RJ, v.5, n.8, obra não paginada, 2006. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4759/4250>>. Acesso em: 08 set.2017.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In. CHAGAS, M.; ABREU, R. (Org.). **Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos**. 2.ed. Rio de Janeiro, Lamparina, 2009. p. 59-78.

GONZÁLES DE GOMES, M. N. Políticas e regimes de informação. In: GARCIA, Joana C.R.; TARGINO, Maria das Graças (Org.). **Desvendando facetas da gestão e políticas de informação**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2015, v. 2, p. 321-351.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

_____. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

INGWERSEN, Peter. Conceptions of Information Science. In: VAKKARI, Pertti; CRONIN, Blaise (Eds.). **Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives**. London: Taylor Graham, 1992. P. 299-311.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói : EDUFF, 1995.

MEDEIROS, E. A patrimonialização e o arquivo enquanto patrimônio: um olhar antropológico. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 25, n.1, p.35-45, jan./jun. 2011. Disponível em: <
<https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/1853/1226>>. Acesso em: 08 set. 2017.

MIKHAILOV, A. I.; CHERNYI, A. I.; GILYAREVSKY, R. S. Informatics: its scope and methods. In: FID/RI- International Federation for Documentation. .Study Committee Research on Theoretical Basis of Information. On theoretical problems of Informatics. [s.l: s.n.]. p. 7–24.

OLIVEN, R. G. Patrimônio intangível: considerações iniciais. In. In. _____. **Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos**. 2.ed. Rio de Janeiro, Lamparina, 2009. p.80-82.

ORTEGA, Cristina Dotta. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, número especial, p. 19-40, 2009.

ROBREDO, Jaime. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus Ed.; SSRR Informações, 2003.

SANT'ANNA, M. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In. _____. **Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos**. 2.ed. Rio de Janeiro, Lamparina, 2009. p.49-58.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1,n,1, p.41-62,jan./jun.,1996.

PROTOCARRERO, Vera. **Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas** [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.

VEGA-ALMEIDA, Rosa Lúcia; FERNANDEZ-MOLINA, J. Carlos; LINARES, Radamés. Coordenadas paradigmáticas, históricas y epistemológicas de la ciencia de la información: una sistematización. **Information Research**, v. 14, n. 2, jun., 2009. Disponível em <http://www.informationr.net/ir/14-2/paper399.html>. Acesso em 09 ago. 2017.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

WERSIG, G. Informations science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing and Management**, v. 29, n. 02, p.229-239, Mar. 1993.